



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**RECONHECIMENTO
DE IMUNIDADE
TEMPLO DE QUALQUER CULTO**

Formulário III

Imº Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda _____

_____, Entidade com sede na av/rua _____

nº _____ bairro _____ contato _____

CNPJ _____ ramo/atividade _____

por _____ seu _____ Representante _____ Legal,

_____ CPF _____

RG _____ profissão _____ grau hierárquico na Instituição

_____ residente em _____, rua

_____ nº _____ bairro _____ CEP

_____ telefone _____ celular _____, vem

mui respeitosamente solicitar de Vossa Senhoria Imunidade Tributária dos Impostos

Municipais com base no art. 150, VI, “b”, § 4º da Constituição Federal.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal

➤ **Documentos Necessários**

III. IMUNIDADE DE TEMPLO DE QUALQUER CULTO - art. 150, VI, “b”, § 4º da CF/88:

- a) Requerimento específico;
- b) Estatuto ou Regimento interno;
- c) Ata de Criação da entidade
- d) Ata da última diretoria eleita;
- e) CNPJ;
- f) Ata de Filiação de Unidades Religiosas (somente para situações em que um único CNPJ, cujo endereço seja no município de Porto Velho, esteja sendo utilizado para representar várias unidades pertencentes à mesma organização religiosa);
- g) RG e CPF do representante da instituição religiosa;
- h) Documento de Propriedade ou de posse do imóvel ou cessão de uso (se for o caso);
- i) Taxa de abertura de processo, devidamente paga;
- j) Último carnê de IPTU ou número de inscrição imobiliária do imóvel.

➤ **OBS.:**

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.